

Articulação Escola/Serviços

Paula Leal

Resumo: O artigo "Articulação Escola-Serviços" decorre da preparação de uma comunicação realizada dia 26 de Maio de 2006, no Simpósio Anual da Sociedade Portuguesa de Cuidados Intensivos, integrada na mesa sobre O Papel das UCI`s no Ensino das Práticas de Enfermagem.

O tema proposto foi estruturado em 3 partes. A primeira parte reporta-se à apresentação de um pequeno enquadramento teórico sobre as medidas legislativas que tornaram emergente a necessidade da articulação entre escola/serviços, e vieram "regular" essa mesma articulação. A segunda parte remete para uma breve apresentação da Escola Superior de Saúde (ESS), particularidades que nos caracterizam, e destaque para os tipos de articulação que temos estabelecido com as instituições e os serviços. Na terceira parte refere-se a articulação estabelecida em Ensino Clínico (EC), propriamente dita, em UCI`s.

Palavras- Chave: Formação em Enfermagem; Articulação Escola-Serviços; Experiência na ESS; Ensinos Clínicos.

Medidas Legislativas Promotoras/ Reguladoras da Articulação Escolas de Enfermagem/Instituições – Serviços

Ao longo do caminho percorrido pelo ensino de enfermagem em Portugal, sempre existiu a necessidade de prática clínica, e portanto sempre existiu *colaboração* entre as Escolas de Enfermagem e as instituições/serviços de saúde, inicialmente construída por intermédio de acordos "tácitos".

Em 1987 com a entrada em vigor do despacho 1/87 de 21 de Maio, que exigiu a duplicação do número de admissões/candidaturas ao Curso de Enfermagem Geral (face à escassez de enfermeiros generalistas), as escolas tiveram de rever metodologias e encontrar estratégias, em relação aos ensinos clínicos, que permitissem responder às necessidades sentidas.

Posteriormente, com a publicação do Decreto-Lei 480/88, ocorre a integração do Ensino de Enfermagem no Ensino Superior Nacional – Ensino Superior Politécnico – surgem novas exigências curriculares, altera-se o rácio professor/estudante e, por outro lado assiste-se a um aumento do número de escolas de enfermagem. Mais alguns factores que obrigaram a maior procura de locais de ensino clínico, na tentativa de colmatar novas necessidades que se colocaram.

Através do despacho 8/90, de 17 de Março, o Ministério da Saúde determina que os Serviços de Saúde devem colaborar com as Escolas de Enfermagem em particular "facilitando campos de estágio de natureza e qualidade adequados à formação de novos enfermeiros e, permitindo a colaboração do seu pessoal de enfermagem na aprendizagem prática dos seus estudantes, de acordo com as orientações ajustadas entre as escolas e os serviços."

Verifica-se que nas últimas duas décadas surgem medidas legislativas importantes que permitiram regular mas também facilitar a articulação escolas/serviços.

Tipos de articulação

Breve resenha histórica da ESS e da ADE

Importa destacar que na Escola Superior de Saúde, a articulação escola/serviços equaciona-se numa dimensão muito maior, que o simples contacto para pedidos de Ensino Clínico, podendo mesmo dizer-se que a articulação realizada na ESS é de carácter multidimensional.

A E.S.S. do Instituto Politécnico de Setúbal teve o seu nascimento em Março de 2000, iniciando a sua actividade no ano lectivo 2000/2001, respondendo, a uma necessidade perfeitamente identificada da região e da própria cidade. Conta actualmente com 6 anos de existência, rege-se pelo lema: Qualidade, Humanismo e Inovação. Actualmente tem 3 cursos (Enf. Fisiot. e Terap. fala), sendo a área Disciplinar de Enfermagem Coordenada pela Prof. Dra. Lucília Nunes, e o Curso de Licenciatura em Enfermagem coordenado pelo Prof. Joaquim Lopes.

O Currículo e Plano de Estudos estão estruturados, visando responder ao desafio do novo paradigma educacional europeu, previsto pela implementação do Processo de Bolonha, que requererá alterações estruturais nos processos, práticas e recursos a curto/médio prazo.



Neste sentido, foram revistos o currículo e plano de estudos do Curso Licenciatura em Enfermagem e definido o perfil de saída final do estudante do 4º ano de enfermagem da ESS, assente num conjunto de competências (96 competências da OE para o enf.º de Cuidados gerais; competências (transversais) do perfil do estudante do IPS e também as comp. transversais à família de profissões da saúde).

Ao longo dos 4 anos do curso o estudante realiza um percurso académico, e também prática clínica de situações simples para complexas, ocorrendo o EC em Cuidados Intensivos no 4º ano. Salva-guarda-se o aspecto de que em cada um dos 4 anos do CLE, cada estudante deverá adquirir competências mínimas exigidas para esse ano, para chegar ao perfil do estudante do 4º ano que pretendemos seja equivalente ao perfil do enfermeiro de cuidados gerais, definido nas 96 competências da OE.

Considerando o estágio de desenvolvimento dos estudantes, e a aquisição de competências simples para complexas, o estudante tem um acompanhamento no 1º e 2º anos a full time, em contexto hospitalar e a part-time nos 3º e 4º anos. O Feed-back dos locais de EC, em particular dos colegas de UCI's, face a este modelo de orientação/articulação por nós preconizado, tem-se revelado extremamente positivo, destacando os orientadores, a qualidade profissional dos nossos estudantes recém-formados, conferindo-lhes esse "Perfil" lugar garantido no mercado de trabalho.

Articulação da ESS com os Serviços

Uma mais valia da articulação escola/serviço que tem sido referenciada, diz respeito à investigação realizada através de trabalhos de monografia dos estudantes. Podendo ir de encontro às necessidades dos serviços e instituições v/s objectivos dos estudantes e escola contribui-se gradualmente para ganhos na profissão. A evidência científica na prática de enfermagem, levanta questões, interroga práticas, atitudes, permite reflexão, juízo e raciocínio clínico na tomada de decisão. A investigação proporciona condições de implementação de mudanças, suportadas cientificamente, e suscita visibilidade da intervenção da enfermagem.

Outra vertente da articulação escola/serviço passa pelo caminho da formação em seminários de Suporte Básico e da Classificação para a Prática de Enfermagem (CIPE), sendo a ESS – escola de referência do sul do país em formação CIPE com as instituições que solicitam a referida formação.

Este ano na sua 3ª edição, focando temas como a articulação enfermeiro orientador/docente; Integração do estudante em EC; Promoção da Relação Pedagógica; Orientação da actividade do estudante e Avaliação Formativa Integrada no Processo Ensino-Aprendizagem. Nestes seminários a partilha de experiências, construção de trabalho a auscultação de sugestões propostas, têm-se revelado uma mais valia na articulação entre as duas entidades.

Articulação referente ao EC:

Experiência na ESS

Área Disciplinar de Enfermagem

Ainda que tendo por base os pressupostos legais, as escolas e os serviços mantêm alguns acordos decorrentes da assinatura de protocolos de articulação e parceria entre os órgãos de gestão das escolas e das instituições de saúde, que conferem benefícios e contrapartidas a ambas as partes, algumas delas já referidas anteriormente.



Estudantes do 5º CLE

Outro projecto de articulação que se tem revelado muito positivo diz respeito ao Seminário de Formação de Orientadores em Ensino Clínico.

O professor coordenador dos cursos de licenciatura em enfermagem inicia a articulação, referente ao EC, enviando os pedidos dos locais de ensino clínico, para as instituições de saúde com as quais

existe protocolo (dirigidos à Direcção de Enfermagem), aguardando resposta das mesmas quanto:

Ao parecer dos serviços em aceitar ou recusar o EC;

Ao número de estudantes a quem poderá facilitar ensino clínico.

Relativamente aos locais de ensino clínico em unidades de cuidados intensivos: o caminho inicial da articulação é similar ao que já foi referido, garantindo-se excepções pontuais. São os chefes de enfermagem da UCI's que decidem se poderão ou não facilitar o local para ensino clínico e quantos estudantes poderão ter. As decisões passam essencialmente pelo planeamento referente à gestão de recursos humanos face a:

- Número de enfermeiros por equipa;
 - Tempo de exercício profissional e tempo de exercício na UCI;
 - Disponibilidade dos enfermeiros para a orientação;
 - Número de enfermeiros em formação continua/pós-graduada;
 - (...) outros (elementos em licença de parto; baixas por doenças; ...);
- pelo que nem sempre se poderão garantir inicialmente as mesmas condições todos os anos.

Quando a resposta é positiva cada gestor/coordenador de cada ano do Curso de Licenciatura em Enfermagem, entra em contacto com a chefia de enfermagem para planeamento do Ensino clínico.

Planeamento do Ensino Clínico

Estabelece-se uma reunião inicial entre o gestor de ano e o chefe do serviço para conhecimento mútuo, discussão e aferição de determinados aspectos, entre eles a nomeação dos enfermeiros orientadores. Salienta-se que as escolas não tem qualquer participação na designação dos enfermeiros orientadores...é uma função de total responsabilidade

dos chefes de enfermagem dos serviços.

Na escola, prepara-se uma pasta para cada orientador e chefe de enfermagem do serviço, que contém diverso material, que o docente responsável, em reunião com o enfermeiro orientador, explica detalhadamente. Uns dos documentos mais importantes que essa pasta contém são o Guia de Ensino Clínico.

O **Guia de EC** – é a pedra angular de todo o EC. Tem início através de uma nota introdutória com uma breve explicação do perfil que se pretende que tenha um estudante da ESS (já referido), o contexto do EC e contactos dos docentes responsáveis.

Divide-se posteriormente em pequenos sub-capítulos:

- **Competências** a desenvolver no EC – explicando sucintamente a matriz de competências e quais destas cada estudante deve atingir no ensino clínico de problemáticas complexas (UCI);
- **Papéis dos intervenientes no EC** – estudante, enfermeiro orientador e docente;
- **Metodologia** – Designa o tipo de actividades que o estudante deve realizar em termos de aprendizagem, visando a auto-avaliação da prática. No 4º ano, na UCI, os estudantes utilizam metodologias activas para o seu processo ensino-aprendizagem de que destacamos a construção de portefólio.
- **O cronograma** – detalhando quais os estudantes que vão frequentar esse EC; quando inicia e termina o mesmo; dias na escola (troca de experiências e avaliação das práticas); qual o docente responsável por esse EC;

- **A avaliação do EC** – assente num Instrumento de avaliação construído segundo o plano curricular da escola, assente na aquisição de competências. Os estudantes participam no processo de avaliação, c/ uma determinada ponderação em todos os anos. Esta foi calculada mediante o estágio de desenvolvimento de cada estudante e aumenta 5% por ano de curso.

Apêndices:

- Listagem dos conteúdos teóricos, teórico-práticos e práticos leccionados
- Cronograma de todo o EC
- A definição das competências e dos descritores da competência
- Um exemplar do Instrumento de Avaliação (que também tem sido apresentado, discutido e aperfeiçoado, com os enfermeiros que frequentam os seminários para orientadores de EC, que a escola promove).

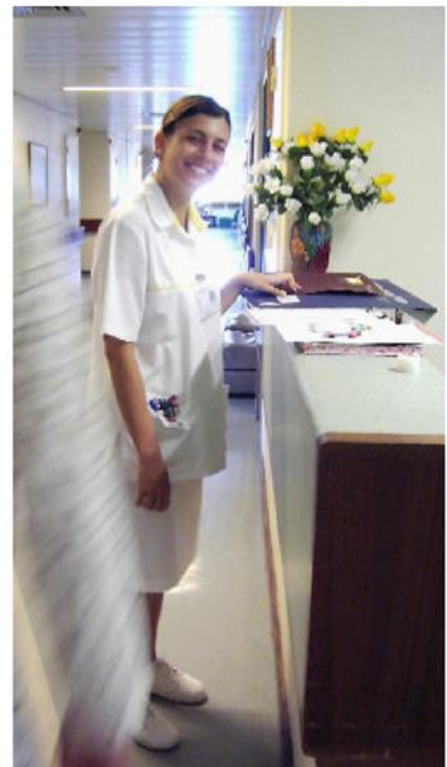
Supervisão do EC

Consoante o número de estudantes, cada docente responsável pelo EC poderá ter de articular-se com diversas instituições em simultâneo, por vezes bastante distantes geograficamente. Este aspecto faz com que o planeamento da supervisão tenha de ser bastante bem preparado, garantindo alguma flexibilidade horária. Na reunião inicial, entre enfermeiro orientador, estudante e docente responsável pelo EC, consoante o horário de *roulement*, planeiam-se em conjunto os dias de supervisão do docente e os de avaliação formativa e sumativa. Explicam-se todos os documentos da pasta do enfermeiro orientador, discutem-se e aferem-se dúvidas ou questões.

Ao longo do período de EC vão aferindo-se alguns pormenores, outras vezes gerindo-se pequenas tensões ou mesmo dificuldades mais complexas,

inevitavelmente relacionadas com o estabelecimento de relações entre os intervenientes no processo ensino-aprendizagem. O enfermeiro orientador assume um papel de “modelo” para o estudante e nesse aspecto, por parte deste, as expectativas são sempre grandes e raramente defraudadas.

De realçar que cada estudante quando inicia EC, tem um seguro que deve ser activado face a qualquer eventual necessidade, embora perante uma situação de acidente em serviço, deva seguir o processo normal da instituição para a resolução do mesmo.



Avaliação

É sempre um momento extremamente importante para o estudante, mas não menos importante para os representantes de cada instituição. É neste momento que muitas vezes se decide o perpetuar ou o término da articulação, face às experiências vividas possibilitadoras, ou não, da aquisição de competências. Muitas vezes estão envolvidos outros aspectos em avaliação e não só o desempenho e a

aquisição de competências do estudante, mas no que respeita a UCI's a nossa experiência tem sido sempre bastante positiva, dada a qualidade do desempenho dos enfermeiros orientadores, e da diversidade de experiências que estes locais proporcionam aos estudantes, permitindo-lhes a priorização de cuidados, a resolução de problemas, facilitando o raciocínio clínico e a tomada de decisão.

Para o perpetuar das articulações sadias e duradouras entre as escolas e os serviços, existem pressupostos que devem ser cultivados: assentes num bom planeamento, trabalho em conjunto, e respeito pelos limites que cada papel determina. Para além disso é essencial o estabelecimento de um óptimo canal de comunicação e relação inter pares, sem os quais a *articulação* poderá correr o risco de ser meramente asséptica ou "politicamente correcta".

Conclusão

Há muito a fazer para promover uma articulação escolas/serviços sadia e duradoura, o convite para a discussão deste tema num congresso pode ter sido o princípio de um debate cauteloso, mas necessário. Da nossa parte estamos sempre disponíveis para participar, debater e defender o trabalho/parcerias entre instituições...

Termino realçando o desafio da SPCI em trazer um tema destes para debate, agradecendo mais uma vez o convite feito e deixando um pensamento de Tolkien que é ...quase um lema na nossa escola

"Onde há vontade, não falta caminho"!!

Referências bibliográficas

- GARCIA E. e tal. *A Escola de Enfermagem no Ensino Superior Politécnico*. In: Formação em Enfermagem. Docentes Investigam. Lisboa: Associação Portuguesa de Enfermeiros; 2000.
- NUNES, Lucília. *Um Olhar sobre o Ombro. Enfermagem em Portugal (1881-1998)*. Lisboa: Lusociência; 2003.
- PORTUGAL. ORDEM dos ENFERMEIROS. *Conselho de Enfermagem: Do Caminho Percorrido e das Propostas*. Lisboa: Ordem dos Enfermeiros; 2003.
- <http://www.ess.ips.pt/escola/index.html> captado em 12 de Maio/2006. 13.15h.



Paula Leal
Assistente da ESS, IPS
Mestre em Saúde Escolar
E-mail: pleal@ess.ips.pt